

Termo de Referência 226/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
226/2024	158123-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG	ERIKA CRISTIANE DA SILVA SANTOS	19/11/2024 12:46 (v 4.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		23773.000406/2024-22

1. Condições gerais da contratação

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Acervo Bibliográfico, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Bibliografia	Unidade	Quant.	CATMAT	PREÇO UNIT ESTIMADO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
1	ABBOUD, A.C.S. Introdução à Agronomia. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Interciência, 2013. Reimpressão, 2019. 614p. ISBN 978-85-7193-304-0	Unidade	8	486168	435,76	3.486,11
2	ADAMI, A. M., DORNELLES FILHO, A. A., LORANDI, M. M. Pré-Cálculo. Porto Alegre: Bookman, 2015. 208p. ISBN 978-85-8260-320-8	Unidade	6	486168	102,77	616,62

3	ALBERTS, B.; BRAY, D.; HOPKIN, K.; JOHNSON, A.; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K.; WALTER, P. Fundamentos da biologia celular. 4ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2017. 864p. ISBN 978-85-8271-405-8	Unidade	3	486168	380,39	1.141,18
4	BARBIERI, R.L.; STUMPF, E.R.T. (Eds.). Origem e evolução de plantas cultivadas. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2008. 909p. ISBN 978-85- 7383-221-1	Unidade	3	486168	130,00	390,00
5	BANZATTO, D.A.; KRONKA, S.D. Experimentação agrícola. 4. ed. Jaboticabal, SP: Funep, 2013. ISBN 978-85-87632-71-X	Unidade	3	486168	140,83	422,48
6	BASTOS, C.L., KELLER, V. Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 112p. ISBN 978-85-3260-586-4	Unidade	5	486168	46,57	232,83

7	CALDEIRA, A. M., SILVA, L. M. O., MACHADO, M. A. S., MEDEIROS, V. Z. Pré- Cálculo. 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. ISBN 978-85- 221-1612-6	Unidade	3	486168	202,20	606,59
8	ATKINS, P., JONES, L. LAVERMAN, L. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2018. 1094p. ISBN 978- 85-8260-461-8	Unidade	10	486168	341,10	3.411,00
9	DEMANA, F. D., WAITS, B. K., FOLEY, G. D., KENNEDY, D. Pré- Cálculo. 2 ed. São Paulo: Pearson, 2013. 472p. ISBN 978-85-8143-096-6	Unidade	3	486168	155,51	466,53
10	FERREIRA, P. Desenho de arquitetura. 2 ed. Rio de Janeiro: Império Novo Milênio, 2011. 137p. ISBN 978-85- 9986-833-1	Unidade	3	486168	71,41	214,22
	LEAKE, J.M.; BORGESON, J.L. Manual de					

11	desenho técnico para engenharia: desenho, modelagem e visualização. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. xiv, 368 p. ISBN 978-85-2162-714-2	Unidade	8	486168	204,16	1.633,31
12	MARCONI, M.A., LAKATOS, E.M. Metodologia do trabalho científico. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. 244p. ISBN 978-85-9702-653-5	Unidade	1	486168	115,51	115,51
13	ODUM, E.P.; BARRETT, G.E. Fundamentos de Ecologia. 5ª Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008. 632p. ISBN 978-85-221-0541-0	Unidade	3	486168	239,97	719,92
14	RIBEIRO, C.A., PERES, M.P., IZIDORO, N. Desenho Técnico e Autocad. Pearson Education do Brasil, 2013. 316p. ISBN 978-85-8143-084-3	Unidade	8	486168	67,04	536,28
15	RICKLEFS, R.E. A economia da natureza. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara	Unidade	8	486168	468,22	3.745,76

	Koogan, 2021. 656p. ISBN 978-85-2773-707-4					
16	TULER, M. & SARAIVA, S. Fundamentos de Topografia. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. 308p. ISBN 978-85-8260-119-8	Unidade	5	486168	59,67	298,33
17	SOLOMONS, T.W. G.; FRYHLE, C.B.; SNYDER, S.A. Química Orgânica. 12 ed. Rio de Janeiro: LTC, v.1, 2018. ISBN 978-85-2163-547-5	Unidade	5	486168	59,67	298,33
18	RAVEN, P.H.; EICHHORN, S.E.; EVERT, R.F. Biologia Vegetal. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 867p, 2014. ISBN 978-85-277-2362-6	Unidade	13	486168	59,67	775,67
19	MONTGOMERY, D. C.; RUNGER, G.C. Estatística aplicada e probabilidade para engenheiros. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018. 629p. ISBN 978-85-2163-241-2	Unidade	5	486168	59,67	298,33
	McCORMAC, J., SARASUA, W.,					

20	DAVIS, W. Topografia. 6. ed. São Paulo: LTC, 2019. 414p. ISBN 978-85-2162-788-3	Unidade	2	486168	59,67	119,33
21	LACERDA, I. M. F. Operador de Computador: Como usar aplicativos de escritório. 1 ed. São Paulo, Senac São Paulo, 2015. 192 p. ISBN 978- 85-7458-356-3	Unidade	3	486168	59,67	179,00
22	HICKMAN JR, C. P.; KEEN, S.; EINSENHOUR, D. J.; LARSON, A.; I' ANSON, H. Princípios Integrados de Zoologia. 18ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. 888p. ISBN 978-85- 277-3865-1	Unidade	8	486168	398,74	3.189,95
23	HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, J. Fundamentos de Física 1 – Mecânica, v. 1, 10 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. 368p. ISBN 978-85-2163- 035-7	Unidade	3	486168	220,28	660,83
	FREEDMAN, R.A., YOUNG, H.D. Física I – Mecânica. 14 ed.					

24	São Paulo: Pearson, 2015. 448p. ISBN 978-8543005737	Unidade	3	486168	188,93	566,80
25	DIAS, R. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 348 p. ISBN 978-85-97-01033-6	Unidade	8	486168	121,42	971,39
26	DEMUNER, A.J.; MALTHA, C.R.A.; BARBOSA, L.C.A. E.; PERES, V. Experimentos de química orgânica. Viçosa: Editora UFV, 2011. ISBN 978-85-7269-419-3	Unidade	13	486168	27,00	351,00
27	DAIBERT, J.D. Topografia: técnicas e práticas de campo. 2. ed. São Paulo: Érica, 2014. 120p. ISBN 978-85-365-0658-6	Unidade	3	486168	95,50	286,51
28	CUTLER, D.F.; BOTHA, T.; STEVENSON, D. W. Anatomia vegetal: Uma abordagem aplicada. 1ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2011, 304p. ISBN 978-85-363-2496-8	Unidade	6	486168	231,00	1.386,00

29	CRESPO, A.A. Estatística fácil. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 218p. ISBN 978-85-0208-106-2	Unidade	6	486168	244,44	1.466,64
30	CAPRON, H.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática. 8. ed. São Paulo, Prentice Hall Brasil, 2004. 368 p. ISBN 978-85-8791-888-5	Unidade	3	486168	205,13	615,40
31	BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CANEJO, J.G.L. Introdução à Engenharia Ambiental. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2005. 336p. ISBN 978-85-8260-556-1	Unidade	8	486168	235,45	1.883,60
32	BARNES, R.S.K.; P. CALOW. Os invertebrados: uma síntese. 2. Ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 495p. ISBN 978-85-7454-105-1	Unidade	6	486168	287,80	1.726,82
33	ASSUMPÇÃO, L.F. J. Sistema de Gestão Ambiental: manual prático para implementação de SGA e certificação ISO 14.001.	Unidade	8	486168	164,90	1.319,20

	Curitiba: Juruá, 2014. 215p. ISBN 978-85-3624-519-5					
34	APPEZZATO-DA-GLÓRIA, B.; CARMELLO-GUERREIRO, S.M (Org.). Anatomia Vegetal. 3. Ed. Viçosa: UFV, 2013. 404p. ISBN 978-85-7269-440-7	Unidade	6	486168	249,00	1.494,00
35	YNOUE, R.Y., REBOITA, M.S., AMBRIZZI, T. Meteorologia: Noções básicas. 1ª ed. São Paulo: Oficina dos textos. 2017.184p. ISBN 978-85-7975-263-6	Unidade	8	486168	70,17	561,33
36	VIANELLO, R.L.; ALVES, A.R. Meteorologia básica e aplicações. 2. ed. Viçosa: Editora UFV, 2012. 460p. ISBN 978-85-7269-432-2	Unidade	5	486168	70,17	350,83
37	TRIPLEHORN, C. A.; JOHNSON, N. F. Estudo dos insetos. Boston: Cengage Learning, 2016. 766p. ISBN 978-85-2212-080-2	Unidade	8	486168	70,17	561,33
	TIPLER, P.A.; MOSCA, G. Física					

38	para Cientistas e Engenheiros, v. 2, 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. 556p. ISBN 978-85-2161-711-2	Unidade	4	486168	70,17	280,67
39	TAIZ, L.; ZEIGER, E.; MØLLER, I. M.; MURPHY, A. Fundamentos de Fisiologia Vegetal. 1ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2021. 584p. ISBN 978-65-8133-510-6	Unidade	8	486168	70,17	561,33
40	STENKE, E.T. Climatologia fácil. São Paulo: Oficina de Textos, 2012. 144p. ISBN 978-85-7975-051-9	Unidade	8	486168	70,17	561,33
41	SOUZA, V.C.; LORENZI, H. Botânica sistemática: guia ilustrado para identificação das famílias de fanerógamas nativas e exóticas no Brasil, baseado em APG IV. 4ª Ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2019. 768p ISBN 978-65-8068-401-4	Unidade	8	486168	178,25	1.426,00
	RESENDE, M.; CURI, N.; REZENDE, S. B.; CORRÊA, G. F. Pedologia: base					

42	para distinção de ambientes. 6 ed. Lavras: UFLA, 2014. 378p. ISBN 978-85-8127-032-6	Unidade	5	486168	105,00	525,00
43	SANTOS, H. G.; JACOMINE, P. K. T; ANJOS, L. H. C.; OLIVEIRA, V. Á.; LUMBRERAS, J. F.; COELHO, M. R.; ALMEIDA, J. A.; ARAÚJO FILHO, J. C.; OLIVEIRA, J. B.; CUNHA, T. J. F. Sistema brasileiro de classificação de solos. 5 ed. Brasília: EMBRAPA, 2018. 356p. ISBN 978-85-7035-800-4	Unidade	6	486168	110,00	660,00
44	REIS, E.L. (Ed.). Química Geral: práticas fundamentais. 2. ed. Viçosa: Editora UFV, 2016. ISBN 978-85-7269-546-6	Unidade	7	486168	32,00	224,00
45	LAY, D.C.; LAY, S. R.; MCDONALD, J. J. Álgebra linear e suas aplicações. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018. 398 p. ISBN 978-85-216-3495-9	Unidade	3	486168	260,33	781,00
	KERBAUY, G.B. Fisiologia Vegetal. 3ª Ed. Rio de					

46	Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. 420p. ISBN	Unidade	8	486168	333,47	2.667,73
47	AMORIM, L.; REZENDE, J.A.M.; BERGAMIN FILHO, A. (EDS.). MANUAL DE FITOPATOLOGIA. V. 1 - PRINCÍPIOS E CONCEITOS. 5. ED. SÃO PAULO: EDITORA AGRONÔMICA CERES LTDA. 2018. 573P. ISBN 978-85-3180-056-6.	Unidade	8	486168	R\$ 307,96	R\$ 2.463,68
48	AMORIM, L.; REZENDE, J.A.M.; BERGAMIN FILHO, A.; CAMARGO, L.F.A. MANUAL DE FITOPATOLOGIA. V. 2. DOENÇAS DAS PLANTAS CULTIVADAS. 5. ED. SÃO PAULO: AGRONÔMICA CERES, 2016. 810P. ISBN 978-85- 3180-053-5.	Unidade	8	486168	R\$ 296,79	R\$ 2.374,32
49	CHAVES, J.B.P.; SPROESSER. R.L. PRÁTICAS DE LABORATÓRIO DE ANÁLISE SENSORIAL DE ALIMENTOS E BEBIDAS. VIÇOSA:	Unidade	8	486168	R\$ 37,90	R\$ 303,20

	EDITORA UFV, 2013. 81P. ISBN 978-85-7269-148-0.					
50	DIVERSOS. MANUAL DE ENTOMOLOGIA - PRAGAS DAS CULTURAS. 1ª ED. OURO FINO: AGRONÔMICA CERES, 2022. 500P. ISBN 978-85- 318-0057-3.	Unidade	8	486168	R\$ 312,99	R\$ 2.503,92
51	GRIFFITHS, A.J.F.; WESSLER, S.R.; LEWONTIN, R.C.; CARROLL, S.B. INTRODUÇÃO À GENÉTICA. 11ª ED. RIO DE JANEIRO: GUANABARA KOOGAN, 2017. 756P. ISBN 978-85- 2772-972-7.	Unidade	4	486168	R\$ 462,73	R\$ 1.850,93
52	MATTHEWS, G.A.; BATEMAN, R.; MILLER, P. MÉTODOS DE APLICAÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS. 4ª ED. SÃO PAULO: ANDREI, 2015. 624P. ISBN 978-85- 7476-405-4.	Unidade	8	486168	R\$ 174,04	R\$ 1.392,28
	RAMALHO, M.A. P.; SANTOS, J.B.; PINTO, C.A.B.P.; SOUZA, E.A.; GONÇALVES, F.M.					

53	A.; SOUZA, J.C. GENÉTICA NA AGROPECUÁRIA. 6ª ED. LAVRAS: UFLA, 2021. 508P. ISBN 978-65- 86561-14-2.	Unidade	8	486168	R\$ 271,65	R\$ 2.173,20
54	SILVA, F. C. MANUAL DE ANÁLISES QUÍMICAS DE SOLOS, PLANTAS E FERTILIZANTES. 2 ED. RIO DE JANEIRO: EMBRAPA SOLOS, 2009. 627P. ISBN 978-85- 7383-430-7.	Unidade	8	486168	R\$ 34,19	R\$ 273,55
55	SILVA, R. C. MECANIZAÇÃO E MANEJO DO SOLO. 1 ED. SÃO PAULO: EDITORA ÉRICA. 2014.120P. ISBN 978-85-3650- 823-8.	Unidade	4	486168	R\$ 107,81	R\$ 431,25
56	SILVA, R.C. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS. 1 ED. SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2014. 120P. ISBN 978-85- 3650-643-2 .	Unidade	5	486168	R\$ 112,52	R\$ 562,58
	SNUSTAD, P.; SIMMONS, M.J. FUNDAMENTOS DE GENÉTICA. 7ª					

57	ED. RIO DE JANEIRO: GUANABARA KOOGAN, 2017. 579P. ISBN 975-85-2773-086-0.	Unidade	4	486168	R\$ 550,99	R\$ 2.203,97
58	TRIGIANO, R. N.; WINDHAM, M.T.; WINDHAM, A.S. FITOPATOLOGIA: CONCEITOS E EXERCÍCIOS DE LABORATÓRIO. 2. ED. PORTO ALEGRE: ARTMED, 2010. 576P. ISBN 978-85-3632-342-8.	Unidade	8	486168	R\$ 412,97	R\$ 3.303,76
59	BANZATTO, D.A.; KRONKA, S.D. Experimentação agrícola. 4. ed. Jaboticabal, SP: Funep, 2013	Unidade	3	486168	R\$ 113,63	R\$ 340,90
60	ÇENGEL, Y.A.; BOLES, M.A. Termodinâmica. Porto Alegre: Grupo A, 2013. 1020p.	Unidade	8	486168	R\$ 402,04	R\$ 3.216,32
61	FREEDMAN, R. A., YOUNG, H. D. Física II – Termodinâmica e ondas. 14 ed. São Paulo: Pearson, 2015. 392p.	Unidade	8	486168	R\$ 205,86	R\$ 1.646,91
	GUIDORIZZI, H.L. Um Curso de					

62	Cálculo - Vol. 1, 6ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018.	Unidade	5	486168	R\$ 274,50	R\$ 1.372,50
63	HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, J. Fundamentos de Física 2 – Gravitação, Ondas e Termodinâmica, v. 2, 10 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. 324p.	Unidade	8	486168	R\$ 213,45	R\$ 1.707,60
64	HARRIS, D.C. Análise química quantitativa Charles A. Lucy, tradução Júlio Carlos Afonso, Oswaldo Esteves Barcia. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.	Unidade	8	486168	R\$ 324,69	R\$ 2.597,49
65	HOFFMANN, L.D.; BRADLEY, G.L. Cálculo - Um Curso Moderno e suas Aplicações, 11ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015.	Unidade	4	486168	R\$ 278,25	R\$ 1.113,00
66	LEHNINGER, A.L.; NELSON, D.L.; COX, M.M. Princípios de bioquímica. 7ª Ed. São Paulo: Editora Sarvier, 2019. 1312p.	Unidade	7	486168	R\$ 559,50	R\$ 3.916,50

67	MANDINGAN, M. T.; JOHN, MARTINKO, J.M.; DUNLAP, P.V., CLARK, D.P. Microbiologia de Brock. 12ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 1160p.	Unidade	8	486168	R\$ 452,15	R\$ 3.617,23
68	OLIVEIRA, J. B. Pedologia Aplicada. 4 ed. Jaboticabal: FEALQ, 2011. 592p.	Unidade	6	486168	R\$ 78,11	R\$ 468,64
69	PIMENTEL, G.F. Estatística aplicada a experimentos agrônômicos e florestais. Piracicaba: FEAQ, 2002. 309p.	Unidade	2	486168	R\$ 63,33	R\$ 126,66
70	RESENDE, M.; CURI, N.; REZENDE, S. B.; CORRÊA, G. F. Pedologia: base para distinção de ambientes. 6 ed. Lavras: UFLA, 2014. 378p.	Unidade	5	486168	R\$ 85,00	R\$ 425,00
71	STEWART, J.; CLEGG, D.; WATSON, S. Cálculo Volume I - Tradução da 9ª edição norte-americana. São	Unidade	4	486168	R\$ 218,33	R\$ 873,33

	Paulo: Cengage Learning Brasil, 2021.					
72	STRYER, L. B.; JEREMY, M.; TYMOCZKO, J. L.; GATTO JR, G. Bioquímica. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. 1248p.	Unidade	8	486168	R\$ 369,54	R\$ 2.956,32
73	TORTORA, G.J.; FUNKE, B.R.; CASE, C.L. Microbiologia. 12ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. 935p.	Unidade	4	486168	R\$ 452,96	R\$ 1.811,85
74	VERMELHO, A.B.; PEREIRA, A.F.; COELHO, R.R. Práticas de Microbiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 256p.	Unidade	8	486168	R\$ 207,46	R\$ 1.659,71
75	VOET, D.; VOET, J. G. Bioquímica. 4ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 1482p.	Unidade	8	486168	R\$ 703,77	R\$ 5.630,13
76	VOGEL, A.I. Análise química qualitativa. 5 ed., Rio de Janeiro: Editora Mestre JOU, 2000.	Unidade	8	486168	R\$ 137,73	R\$ 1.101,87

77	VOGEL, A.I. Análise química quantitativa. 6 ed., Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2002.	Unidade	8	486168	R\$ 345,51	R\$ 2.764,11
TOTAL						R\$ 101.968,75

1.2. Os livros devem ser novos, sem rasuras, sem manchas, sem defeitos de impressão e encadernação e devidamente embalados, devendo, quando necessário, ser realizada troca, sem quaisquer ônus adicionais para a CONTRATANTE, caso se encontrem com algum defeito de edição ou que divirjam do que foi proposto.

1.2.1. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no CATMAT e no presente documento, prevalecem estas últimas.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois são produzidos e comercializados no mercado editorial em quantidades expressivas de forma a atender ao público consumidor.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos baseia-se na demanda apresentada pelo setor demandante - Diretoria de Ensino do Campus Manhuaçu. Informações básicas desse termo de referência.

2.3. A presente aquisição de livros tem como finalidade atualizar o acervo bibliográfico e possibilitar o acesso aos estudantes a materiais de leitura, de forma a contribuir para seu desenvolvimento intelectual e melhor aproveitamento dos estudos. Visa suprir as necessidades dos cursos Técnicos em Cafeicultura e Informática, na modalidade subsequente, os cursos de Graduação em Sistemas de Informação e Agronomia, assim como atender os cursos Técnicos integrados ao ensino médio em Cafeicultura e Informática com previsão de abertura de vagas para 2026. Os livros serão utilizados durante os cursos acima apresentados, bem como na realização de projetos de ação comunitária, os quais possibilitarão a troca de experiências dos alunos em formação com o mundo do trabalho e de sua relação social e cidadã. As obras requisitadas constam nas bibliografias básica e complementar dos cursos oferecidos, que atenderão os alunos dos cursos em andamento, docentes e técnico-administrativos, além da comunidade local. O acesso à leitura de materiais

didáticos específicos das disciplinas e a literatura geral são uma ferramenta potente para o desenvolvimento do aluno, de sua autonomia intelectual e também dos processos de ensino e aprendizagem.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 10723648000140-0-000001/2024

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 2879

IV) Classe/Grupo: 7610 LIVROS E FOLHETOS

V) Identificador da Futura Contratação: 158123-308/2024 - MNU - AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO

3. Descrição da solução como um todo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Fornecimento:

3.1.1. A CONTRATANTE enviará à CONTRATADA o documento “Consulta de Preços e Disponibilidade” constando a descrição detalhada, o ISBN e a quantidade do título requerido.

3.1.1.1. O documento supra deverá ser devolvido pelo fornecedor em no máximo 10 (dez) dias úteis, contados a partir do seu recebimento, contendo:

a) a confirmação dos itens que serão atendidos;

b) a relação dos itens em falta/indisponível, esgotados ou fora de catálogo, comprovados conforme item 8.1.3 e 8.1.3.1;

c) o preço unitário tabelado pela editora/distribuidora em Reais (R\$) para os títulos nacionais/nacionalizados. Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Aquisições — Atualização: maio/2023 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação 2 de 10 UASG 158123 Termo de Referência 211/2023

d) para os itens importados o preço na moeda de origem da Editora/Distribuidora.

e) o preço unitário aplicado o percentual de desconto/acréscimo conforme resultado da licitação.

3.1.2 Poderá, a critério do CONTRATANTE, ser encaminhado novo documento de “Consulta de Preços e Disponibilidade” para substituição dos itens não atendidos (em falta/esgotados/fora de catálogo).

3.1.3 A CONTRATADA deverá comprovar por meio de declaração da editora/distribuidora ou outro documento legal os itens informados como em falta, indisponível, esgotados ou fora de catálogo.

3.1.3.1 Caso a editora/distribuidora se negue a enviar o documento supra, servirá como comprovação o link do site da editora /distribuidora informando a situação do título acompanhado da declaração da CONTRATADA.

3.1.4 O preço de tabela deverá ser comprovado pela CONTRATADA por meio de catálogos impressos, catálogo online, notas fiscais, tabelas de preços oficiais ou documento de importação.

3.1.4.1 Quando a comprovação se der por meio de catálogo online via internet (site da Editora/Distribuidora), a CONTRATADA deverá encaminhar por meio do documento de “Consulta de Preços e Disponibilidade” o link individual de cada título para comprovação do preço.

3.1.4.2 Os catálogos, quando enviados, deverão ser organizados de modo a facilitar a verificação dos preços informados.

3.1.5 O preço unitário final (após a aplicação do percentual de desconto sobre o preço da tabela) será obtido com aproximação de 02 (duas) casas decimais, desprezando-se a fração remanescente (sem arredondamento) em moeda nacional (Real).

3.2 A “Autorização de Fornecimento” contendo a relação consolidada e definitiva será encaminhada ao FORNECEDOR juntamente com a Nota de Empenho.

3.2.1 A Autorização de Fornecimento só estará caracterizado mediante o recebimento da nota de empenho, pelo CONTRATADO.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte ou armazenamento; e

4.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substance), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd) bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes no Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do envio da nota de empenho ao e-mail cadastrado no SICAF, em remessa única.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Rodovia BR 116, Km 589,8 - Distrito Realeza, Manhuaçu - MG - 36909-300

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente; o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III)

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas,

o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.9.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI)

6.9. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 .

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021 .

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018)..

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de Pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022 .

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.25.1 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO para cada título constante na tabela do item 1.1 deste TR.

Exigências de habilitação

8.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www. portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União ([https://www. portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep](https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep))

8.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4 Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6 O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8 É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10 Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.13 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.14 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.15 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.16 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.17 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.18 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.20 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971. Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Aquisições — Atualização: maio/2023 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação 8 de 10 UASG 158123 Termo de Referência 211/2023

8.21 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.22 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.23 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.24 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.25 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.26 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.27 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.28 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.29 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.30 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A7]

8.31 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.32 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.33 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.34. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.35. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.36. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.37. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.38. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.39. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.40. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Qualificação Econômico-Financeira

8.41. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.42. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.43. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.43.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.43.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.43.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.43.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.44. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.45. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.46. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor

Qualificação Técnica

8.47. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.48. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.49. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.50. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 101.968,75

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 101.968,75 (cento e um mil, novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos), conforme custos unitários apresentados na tabela do item 1.1. deste documento.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: 6411/155591;
- II. Fonte de Recursos: 1000000000;
- III. Programa de Trabalho: 231482 (FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES);
- IV. Elemento de Despesa: 449052-18 (COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS);
- V. Plano Interno: L20RLP9524N (ACERVO BIBLIOGRÁFICO PARA ALUNOS).

10.2. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, conforme Art. 17 do Decreto 11.462/2023.

Manhuaçu, 19 de novembro de 2024.

Érika Cristiane da Silva Santos

11. Vigência e Prorrogação

11.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021..

11.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

11.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação

12. Reajuste

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8. O reajuste será realizado por apostilamento

13. Obrigações do Contratante

13.1. São obrigações do Contratante:

13.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

13.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

13.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

13.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no

prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

13.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

13.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

13.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

13.10. A Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

13.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

13.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

13.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. Obrigações do Contratado

14.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

14.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

14.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

14.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

14.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

14.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 14.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 14.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 14.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 14.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 14.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 14.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 14.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 14.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 14.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 14.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 14.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 14.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 14.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre

15. Garantia de Execução

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

15.2. Os itens adquiridos deverão ter prazo de garantia estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

16. Infrações e Sanções Administrativas

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

- 1. Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (quinze) dias;
- 2. Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- i. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
- 4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
- 5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
- 6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
- 7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

16.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133,

de 2021)

16.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

16.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

16.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

17. Extinção Contratual

17.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

17.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

17.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

17.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

17.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

17.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.4.3. Indenizações e multas.

17.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

17.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

18. Dos Casos Omissos

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. Da Formalização da Contratação

21.1. O adjudicatário terá um prazo estabelecido pela Administração, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho /CartaContrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

21.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

21.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

- a) referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133 /2021;
- b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital/termo de referência e seus anexos;
- c) a contratada reconhece que as hipóteses de extinção contratual são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133 /2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

20. Foro

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Manhuaçu, Seção Judiciária de Manhuaçu/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

21. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROSSINI PENA ABRANTES

Diretor de Ensino



Assinou eletronicamente em 19/11/2024 às 12:46:44.

KARINE CORGOSINHO COSTA

Técnica em Assuntos Educacionais